

O CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA REVISÃO DE PREMISSAS

*Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses**

RESUMO

O objetivo da conferência é convidar a uma reflexão crítica permanente sobre certas premissas que orientam o trabalho no campo do patrimônio e que, por acomodação nossa, acabam por se desgastar ou se reduzem a referências mecânicas. Inicialmente, apresenta-se como a desarticulação entre práticas e representações, acentuando estas últimas, esvazia o patrimônio de seu conteúdo existencial e privilegia os perversos “usos culturais da cultura”, concentrados em segmentos à parte do cotidiano e do universo do trabalho. A seguir, discute-se a inconveniência da polaridade entre material e imaterial. Ao se examinar a Constituição de 1988, vê-se que sua grande novidade, no tema, foi deslocar do estado para a sociedade e seus segmentos a matriz do valor cultural. Impõe-se, assim, repensar o quadro de valores culturais vigentes e que precisaríamos formular do ponto de vista das práticas culturais e seus praticantes, não mais supondo que tais valores sejam imanentes às coisas.

*Professor emérito da
FFLCH/USP –
Conselheiro do
Conselho Consultivo
do Patrimônio
Cultural

25

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio cultural, Matriz cultural, Categorias de valor cultural, Práticas culturais.

Fiquei muito honrado e agradecido com o convite do presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, para falar nesta sessão de abertura de um evento tão importante como o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Fico agora um tanto preocupado, porque as falas que me precederam foram perfeitas para uma sessão de abertura, foram capazes de definir horizontes, balizas, situar trajetórias, propor metas e, mais ainda, insuflar os ânimos, alimentar o entusiasmo e recarregar as baterias para o trabalho que virá nos próximos dias. De minha parte, programei falar de

problemas conceituais e de fundamentos que devem nortear nosso trabalho de especialistas do patrimônio cultural – tema talvez pouco apropriado para uma abertura de evento e quase certamente menos apropriado ainda para este horário tardio.

No entanto, é na disposição de ser útil que escolhi o tema “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas”. Sua formulação pode parecer um tanto pretensiosa, mas meu objetivo é chamar a atenção para a necessidade indispensável e urgente de manter permanentemente uma atitude crítica em relação a certas premissas que devem orientar a atividade no campo do patrimônio cultural e que acabam por se desgastar, se banalizar ou se perder em desvios. Não pretendo dar lições ou doutrinar, nem mesmo ser sistemático, mas propor uma agenda de questões que, na minha perspectiva, merecem aprofundamento crítico e reflexão continuada.

Considerarei oportuno tomar como referência desta minha exposição um cartum publicado há muito tempo numa revista ilustrada francesa – perdi a pista, mas é muito provável que se trate de *Paris-Match*. Essa imagem me acompanha desde que comecei a me interessar pelo patrimônio cultural, pela sua capacidade de sintetizar uma série de problemas com uma extraordinária força de convicção que só os artistas são capazes de obter (tenho a vaga memória de que o cartunista seria Sempé).

Nessa imagem, no interior hierático, solene e penumbroso de uma catedral gótica (Chartres), aparece uma velhinha encarquilhada, de joelhos diante do altar-mor, profundamente imersa em oração. Em torno dela, a contemplá-la interrogativamente, dispõe-se um magote de orientais, talvez japoneses. A presença de um guia francês nos permite considerar que se trata de turistas em visita à catedral. O guia toca os ombros da anciã e lhe diz: – “Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação”. Eis um retrato impressionante da perversidade de certa noção de patrimônio cultural vigente entre nós.

CULTURA: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Conviria começar por identificar as diferenças cheias de implicações entre a velhinha, os turistas e o guia. Ela, ao que tudo indica, é uma habitante do lugar que também abriga a catedral. Sua ação é plenamente territorializada: nada nela indica que seu procedimento se dissocie dos demais espaços contíguos em que se desenrolaria sua vida cotidiana, a começar pelas roupas simples, do dia a dia e pelo fato de se encontrar

sozinha, apesar das carências trazidas pela idade. Aliás, ela pode ser rigorosamente considerada o protótipo do *habitante* – para o que a cotidianidade é precondição.

O verbo *habeo* em latim significa possuir, manter relações com alguma coisa, apropriar-se dela. Com o acréscimo da partícula *it*, que indica reforço (como em *salio*, “dançar, pular” e *saltito*, “dar pulinhos”), o verbo *habito* acrescenta intensidade e permanência a essas relações. *Hábito*, *habitualidade* expressam bem essa noção de constância, continuidade. Trata-se, portanto, de uma relação de pertencimento – mecanismo nos processos de identidade que nos situa no espaço, assim como a memória nos situa no tempo: são as duas coordenadas que balizam nossa existência. Conseqüentemente, a relação da velhinha com a catedral não deve ser pontual, de exceção ou que se consuma num momento privilegiado e depois não mais se repita, ou se repita de forma atenuada ou descontínua. A relação da velhinha é existencial, pressupondo tempos dilatados (*morar*, *moradia* são palavras que também explicitam esse conteúdo de extensão temporal no habitar).

Já para os turistas, a atividade que executam se revela desterritorializada, seccionada de seu cotidiano, opondo-se mesmo a ele, pois despreendida de habitualidade. De qualquer forma, pressupõe-se um fosso entre o cotidiano desses turistas e o tempo/espaço comprimido da visita à catedral.

Além disso, a forma de relacionar-se que habitante e visitantes desenvolvem com o – vamos chamar assim – “bem cultural” é fundamentalmente diversa. A vida cultural, no caso da velhinha, pode ser entendida como uma forma de qualificação pelo sentido e, portanto, como raiz de interioridade e consciência. Rompido, porém, o quadro da habitualidade e da reiteração, o potencial de qualificação se restringiria. Mas a fruição da velhinha é profunda, vivenciada, e sua oração na catedral deve envolver não só uma apropriação afetiva, como também, sem dúvida, estética, isto é, perceptiva, já que o ambiente emite estímulos de toda a ordem para aprofundar o tipo de ação que ela está praticando. Por certo, essa fruição é também cognitiva: ela pode não ter conhecimento especializado, mas, ainda que possivelmente sem saber que sua catedral é um extraordinário exemplar da arquitetura gótica do século XII, deve apreender a antiguidade do templo, o que isso representa de trabalho embutido, de experiências acumuladas ao longo do tempo, de enraizamento e referências para o espaço de sua cidade e de interação com seus vizinhos, com os frequentadores e responsáveis dos cultos, com a comunidade de fiéis. Mais

ainda, sua oração busca transcendência e comprometimento, que envolvem dimensões profundas e abrangentes do ser, da subjetividade, de outras esferas de sua existência. Para ela, o “bem cultural” é, antes de mais nada, um *bem*, quer dizer, coisa boa. Boa de conhecer, de ver, de sentir, de experimentar como um vínculo pessoal e comunitário e, finalmente, boa de usar, de praticar – pragmaticamente é um bom lugar para rezar.

De seu lado, a fruição dos turistas consoma-se na mera contemplação de um lugar de culto, agora transformado em lugar de representação do lugar de culto: a catedral tornou-se bem cultural e essa perspectiva esvazia usos antigos e torna anacrônicas as práticas anteriores. A gama diversificada de apreensões possíveis estreita-se, assim, ao limite da visão. Quase poderíamos falar de um *voyeurismo cultural*: o *voyeur*, com efeito, restringe sua gratificação essencialmente à visão e não se expõe, não se compromete, em suma, não muda. Seu espaço de habitualidade, aquele em que as transformações profundas podem ocorrer e se manter, não é mobilizado. Mais precisamente, contudo, a redução talvez nem seja à visão, mas à audição, já que os turistas ouvem distraidamente – pois mais interessados na anciã – o que o guia tem a dizer, ao invés de viver e de interagir diretamente com o bem. São apenas informados sobre ele, necessitam da mediação do guia. A experiência cultural, portanto, passa a depender da atuação de especialistas. David Horne, estudioso da *public culture*, diz que o padrão das visitas guiadas é o da transferência: vê-se aquilo que o guia declara que se está vendo. Seja como for, o envolvimento de nossos turistas é nulo ou superficial, sobretudo externalizado.

Estou, sem dúvida, radicalizando os dois paradigmas, para melhor analisá-los, mas não ignoro a existência, entre eles, de uma vasta escala intermediária que, todavia, não é o caso de desenvolver aqui. Assim, com os turistas, tem-se a cultura como um domínio à parte na vida, embora se trate de um compartimento nobre e nobilitante, marcado por certo tipo de objetos e práticas, que deteriam em si a própria significação, já pronta e acabada. São espaços, tempos e comportamentos desejáveis e prescritos, embora descontínuos e, em regra, excluídos do cotidiano e do universo do trabalho, duas referências que marcam contextos essenciais da existência humana. Constituem focos de condensação, que podem atingir picos de intensidade, mas depois se esvaziam: é a *cultura-cólica*. Ao espasmo segue-se o descongestionamento progressivo e a volta ao ponto de partida. É a cultura dos produtos culturais, dos produtores, consumidores, equi-

pamentos, instituições, espaços, organismos, órgãos públicos, mercados. Seria dispensável observar que tal entendimento, dominante entre nós, é o que melhor atende ao mercado simbólico, parte importante do mercado *tout court*.

Em contraponto, com a velhinha, a cultura se apresenta não como esse segmento recortado da vida, mas como uma forma de qualificar diferencialmente (pelo sentido, pela significação, pelo valor) qualquer fatia, instância, tempo, objeto ou prática. O uso que a velhinha faz do bem cultural é qualificadamente existencial, por oposição ao “uso cultural” dos turistas. O uso cultural da cultura ao invés de estabelecer uma interação das representações e práticas, privilegia as representações que eliminam as práticas. O simbólico substitui as condições concretas de produção e reprodução da vida.

De passagem observo que a política de patrimônio imaterial que o Iphan vem desenvolvendo procura reconhecer que o campo cultural diz respeito à totalidade da vida social, quando diferencialmente qualificada (pelos sentidos, valores). Linhas de ação, como “sistemas agrícolas tradicionais”, por exemplo, são capazes de articular organicamente facetas à primeira vista tão alheias à cultura, quando ela é equivocadamente entendida como uma gaveta à parte.

Uma palavra quanto aos turistas. Seria perverso pretender negar acesso a valores que podem ser partilhados e cuja partilha, aliás, deveria ser incentivada. O que é bom é para ser dividido – e se trazer benefícios econômicos, tanto melhor. Da mesma forma, porém, seria perverso admitir que o regional, o nacional ou o universal, para se realizarem, esvaziem outros legítimos sentidos e práticas originais locais, que não correspondem mais a uma nova ordem de interesses. O comportamento da velhinha, de fato, é transgressor, ela de fato perturba a visitação e está deslocando a atenção dos visitantes pelo seu anacronismo. Tal modalidade de musealização, de “culturalização” funciona, assim, precisamente como vetor de especialização dos “benefícios” que os “bens culturais” poderiam produzir. Pior seria – e essa situação não é propriamente excepcional – que bens declarados de valor mundial fossem ignorados pela população local (salvo como mercadoria!): como pode algo valer para o mundo todo, se não vale para aqueles que dele poderiam ter a fruição mais contínua, mais completa, mais profunda? Como pode o patrimônio mundial não ter, antes, valor municipal? (Esta frase é dedicada ao prefeito Ângelo Oswaldo).

Aliás, é necessário repensar a escala de alcance dos bens culturais (municipal, estadual, federal), quase sempre definidos a partir de critérios jurídico-administrativos ou quantitativos ou segundo apenas a extensão espacial da ocorrência. Lembro-me de um poema de Carlos Drummond de Andrade:

*O poeta municipal
discute com o poeta estadual,
qual deles é capaz de bater o poeta federal.
Enquanto isso, o poeta federal tira ouro do nariz.*

O presidente Luiz Fernando de Almeida lembra, também, que, quando Ouro Preto ganhou o título de Monumento Mundial, Carlos Drummond de Andrade saiu-se com essa no *Jornal do Brasil*: “Qualquer dia Ouro Preto vira monumento interplanetário e continuará com os mesmos problemas”.

É preciso introduzir outros critérios para avaliar os círculos concêntricos de pertinência e interesse do bem, que possam antes de mais nada definir seu potencial de interlocução. A grade referência deveria ser esse potencial de interlocução, começando sempre com os interlocutores locais.

MATERIALIDADE / IMATERIALIDADE

Voltando à imagem, o que nela se vê é uma anciã e um grupo de turistas orientais que têm em comum o fato de estarem onde estão, embora reagindo ao ambiente de formas muito diferentes – mas se referindo sempre ao mesmo objeto material complexo: a catedral. Esse mesmo objeto tem significados diversos, em cada caso. Para os turistas, ele tende, como já dissemos, a dispor de significados em si, estáveis, fixos, definidos, que não são identificados e fruídos diretamente, mas pela informação especializada do guia. É como se esses significados fossem imanentes à coisa, mas necessitassem da mediação de um profissional para produzir efeitos. Para a velhinha, tudo leva a crer que a catedral é um vetor de significações múltiplas, que não são inerentes à coisa, mas geradas dentro e fora dela, naquela teia de relações a que também acima aludi. Para a apropriação específica que ela tem da catedral (lugar de oração), a velhinha contaria com outras possibilidades: orar é uma forma espiritual de comunicação que não exige um lugar específico. Mas que pode ser enriquecida, potenciada, qualificada pela mediação de lugares específicos, como nossa catedral gótica.

Portanto, essa forma espiritual de comunicação se potencia pelo aporte material do lugar, que fornece os estímulos próprios, inclusive as imagens e objetos sacros carregados de conteúdos simbólicos, o todo acentuado pelas marcas do hábito, da interação, da memória, etc.

Assinalei a forma espiritual de comunicação, contudo não estou esquecendo que não é apenas seu espírito que está empenhado no ato de orar, mas também todo seu corpo. Postura, fisionomia e – se a imagem chegasse a esse ponto de precisão – quem sabe até mesmo o movimento dos lábios que tão comumente serve de lastro para o que vai na alma do fiel. A boca (*os, oris* em latim) é um dos órgãos da *oração*.

Podemos concluir que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, *vetores materiais*. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais.

A Constituição Federal de 1988, ao introduzir uma listagem de categorias de patrimônio cultural, incluiu o patrimônio intangível, caracterizado mais por processos do que por produtos, como formas de expressão, modos de criar, fazer viver, os quais, porém, se examinarmos mais de perto, pressupõem múltiplos suportes sensoriais, incluindo o corpo. Os constituintes talvez nem tivessem consciência de que, desse modo, estavam incluindo o corpo como partícipe do patrimônio cultural! O “saber-fazer”, por exemplo, não é um conhecimento abstrato, conceitual, imaterial, filosófico ou científico, mas um conhecimento corporificado. Os especialistas falam de uma memória-hábito ou memória corporificada (*embodied memory*). É a memória que nos permite guiar um veículo ou andar de bicicleta como se fossem ações geneticamente previstas em nosso programa biológico. É a memória do músico, da cozinheira, do artesão. Seja como for, embora não convenha alterar a nomenclatura internacionalmente corrente, seria desejável que, ao utilizarmos a expressão “patrimônio imaterial” a despíssemos de qualquer polaridade com um patrimônio material.

No filme *Kenoma* de Eliane Caffé, 1998, quando um ajudante levanta restrições intelectuais a um matuto, cujo sonho obsessivo era construir uma máquina de moto-perpétuo, este replica que a mente podia ser pobre, mas a mão ia fazendo e o cérebro acompanhando. Bate com o que Marcel

Mauss, um dos heróis fundadores da antropologia, pensava do homem como o animal que pensa com as mãos. É por esse caminho que valeria apenas conduzirmos as relações do material e do imaterial.

Daniel Miller, antropólogo pesquisador da cultura material, aponta um paradoxo crucial nessa área: a imaterialidade só pode se expressar por intermédio da materialidade. Para completar, o filósofo da técnica, Bernard Stiegler cunhou a expressão “materialismo espiritualista” para referir-se àquele que não diz que o espírito é redutível à matéria, mas que a matéria é a condição do espírito em todos os sentidos da palavra condição. Impõe-se, pois, superar dualismos insustentáveis, como esse em que matéria e espírito são mutuamente excludentes.

Qual o fundamento dessa perspectiva? A resposta é precisa: nossa condição corporal. Outro antropólogo especialista na cultura material, Jean-Pierre Warnier, insiste em que não basta dizer que *temos* um corpo; é necessário precisar que *somos* um corpo. Quer dizer, essa é a maneira de estarmos no mundo, neste mundo.

Aqui está, pois, o coração de nosso problema: falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc., etc. – e, em suma, seus *valores*. Só o fetiche (feitiço) tem em si, por sua autonomia, sua significação. Fora dele, a matriz desses sentidos, significações e valores não está nas coisas em si, mas nas práticas sociais. Por isso, atuar no campo do patrimônio cultural é se defrontar, antes de mais nada, com a problemática do valor, que ecoa em qualquer esfera do campo.

VALOR

Portanto, essa seria uma questão central, a demandar tratamento adequado – que ainda não recebeu em nossa formação especializada. Fala-se muito em valor, mas é raro que se saiba, precisamente, do que se está falando e de suas consequências. Por certo, não é este o momento de traçar uma súmula da problemática do valor, questão espinhosa e que demandaria tempo. Ou de examinar a inconveniência das categorias usuais de “valor

arquitetônico” ou “valor histórico”, por exemplo. Irei diretamente para a questão nuclear: a matriz do valor. Se o valor é sempre uma atribuição, quem o atribui? Quem cria valor?

Vale a pena reproduzir o famoso artigo 216 de nossa Constituição de 1988, pois ela toca diretamente nesse ponto:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem... (e aí vem uma listagem de modalidades).

Entre os profissionais, costuma-se considerar que a grande novidade oferecida por esse artigo é a inclusão dos bens de natureza imaterial. Na verdade, o que é radicalmente novo não é uma extensão do horizonte do patrimônio, mas um deslocamento da matriz. Para melhor aferir a amplitude dessa rotação de 180° convém confrontá-la com a legislação anterior. O Decreto-Lei 25/1937 (que organizou o patrimônio no Brasil e ainda serve de guia) estatui:

Art.1º Constitui o patrimônio artístico e histórico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

E o parágrafo 1º completa:

Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos 4 Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta Lei.

Em outras palavras, era o poder público que instituía o patrimônio cultural, o qual só se comporia de bens tombados. O tombamento, portanto, tinha papel instituinte do valor cultural – daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido. Ao inverso, a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. O patrimônio é antes de mais nada um fato social – essa afirmação, nos órgãos de

preservação, nas décadas de 1970 e 1980, provocava escândalo e alimentava mal-entendidos.

É claro que o estado e o governo podem participar da criação desses valores, privilegiando ou marginalizando uns e outros, mas sempre no jogo das práticas sociais. Estas é que são o ventre gerador. O poder público, agora, tem um papel declaratório e lhe compete, sobretudo, proteção, em colaboração com o produtor de valor, a comunidade (para usar um termo problemático pela sua ambiguidade e utilizado pelo constituinte). Entretanto, mesmo sem qualquer intervenção do poder público, existe o “patrimônio cultural nacional”.

No entanto, consolidou-se entre nós uma prática esquizofrênica, em que as novas diretrizes constitucionais parecem valer só para o patrimônio imaterial e as antigas, que foram constitucionalmente invertidas, continuam em vigor nas ações relativas ao patrimônio material. Aí, continuamos a trabalhar como se o valor cultural fosse identificável exclusivamente a partir de certos traços intrinsecamente presentes nos bens. É deslocamento de significados, reificação, fetichização. Se fosse aceitável, bastaria um contador Geiger para bens culturais, cuja agulhinha girasse emocionada diante de um belo exemplar que ostentasse uma porcentagem determinada de sintomas, numa *checklist* capaz de identificar essências presentes na coisa/prática. Também se observa certa esquizofrenia na personalidade autônoma do patrimônio material e do imaterial – esquizofrenia que, aliás, se reflete no interesse das “comunidades” que solicitam o registro de expressões de seu patrimônio imaterial, e que procuram reconhecimento, afirmação, estímulo à autoestima – e, de outro lado, a reação frequentemente negativa ou, no mínimo, o desinteresse dos “interessados” (antes de mais nada os proprietários), quando se trata de bens arquitetônicos ou espaços urbanos. A força da especulação imobiliária, neste último caso, não é razão única e suficiente para gerar tal resistência. Desconhecer os mecanismos de funcionamento da sociedade também tem parte na responsabilidade.

Estaríamos diante de uma nova polaridade: valor técnico *versus* valor social? Não ainda, mas o risco está presente. Por isso, julgo premente começarmos a rever nossa postura a respeito do valor e da avaliação (reconhecimento do valor), sem excluir a perspectiva do especialista, obviamente, mas sempre privilegiando aquela do *usuário*, do *fruidor* – em outras palavras, a perspectiva da velhinha do cartum. Ela, em última

instância, é produtora do valor em causa e que ela tem o direito e a gratificação de fruir. Sem entrar em detalhes, gostaria de propor aqui um roteiro para tal avaliação, que permitisse identificar componentes ou referências do valor cultural. Embora se deva tratar o patrimônio unificadamente, sem distinguir as categorias de material, imaterial, natural, ambiental, histórico, arquitetônico, artístico, etc., a imagem que nos serve de guia condensará na catedral a referência básica, que pode ser estendida às demais categorias.

Penso nos seguintes principais componentes do valor cultural: valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos. Preliminarmente, porém, vale acentuar que tais componentes não existem isolados, agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações, conflitos.

I) VALORES COGNITIVOS

Se (ou quando) a catedral de nosso cartum tiver condições de conhecimento, ou constituir oportunidade relevante de conhecimento – qualquer conhecimento – então o valor dominante, aí, é cognitivo. Por seu intermédio pode-se conhecer o conceito de espaço que organizou o edifício, seus materiais e técnicas, seu padrão estilístico; podemos traçar os efeitos dos interesses em causa na sua projeção, as condições históricas (técnicas, econômicas, políticas, sociais, culturais) de sua construção, usos e apropriações, os diversos agentes ou categorias sociais envolvidos, sua trajetória, sua biografia. O bem está sendo tratado, então, como documento, ao qual se dirigem questões para obter, como resposta, informação de múltipla natureza. É um valor de fruição basicamente intelectual.

II) VALORES FORMAIS

Quando, porém, essa mesma catedral é percebida (ou *também* é percebida) não tanto como documento, não tanto para produzir informação, mas como oportunidade qualificada para gratificar sensorialmente e tornar mais profundo o contato de meu “eu” como o “mundo externo” ou “transcendente”, então o valor predominante é o formal ou estético.

Estou tomando *estético* no sentido original, tomado do grego. *Aísthesis* significa percepção. Não estou me referindo à beleza, bela forma, aos sistemas do belo, cânones historicamente mutáveis, não universais. A

estética diz respeito a essa ponte fundamental que os sentidos fornecem para nos possibilitar sair de dentro de nós, construir e intercambiar significados para agir sobre o mundo. Trata-se, no caso, do efeito da presença, nos objetos, de atributos capazes de aguçar a percepção, de levar a uma apreensão mais profunda, de induzir a produção e a transmissão mais amplas de sentidos – alimentados pela memória, convenções e outras experiências – qualificando minha consciência e meu agir. A estética, assim, é uma mediação que nos faz humanos. Isso não coincide com estilos, embora atributos formais dos estilos possam, precisamente, aguçar minha percepção, qualificando-a.

III) VALORES AFETIVOS

Os valores que costumamos chamar de históricos (mas relacionados à memória e não a conhecimento controlado) estariam mais bem enquadrados na categoria de valores afetivos. Não são propriamente históricos, já que se trata de formulação de autoimagem e reforço de identidade. São afetivos, pois constam de *vinculações subjetivas* que se estabelecem com certos bens, como ocorre certamente – e intensamente – com a velhinha. Aqui é bom lembrar: memória e História nem coincidem, nem são duas faces da mesma moeda. Por isso, se se tratar de História como produção crítica de conhecimento, estamos no domínio dos valores cognitivos (o primeiro mencionado). Se se tratar de carga simbólica e de vínculos subjetivos, como o sentimento de pertença ou identidade, o domínio é dos valores afetivos. Não ignoro que memória e História partilham de vários atributos comuns, inclusive de caráter subjetivo e cognitivo, sem, todavia, afetar a distinção acima proposta. Quanto aos valores afetivos, sua aferição não pode confundir-se com pesquisas de opinião, muito menos com a adesão a abaixo-assinados e manifestações equivalentes. Envolve mecanismos complexos, como as representações sociais e o imaginário social, para os quais a psicologia social desenvolveu métodos de pesquisa adequados. Em tempo: a própria noção de histórico adotada pelo Decreto-Lei 25 vai na direção do valor afetivo, quando seleciona objetos que são contaminados pelo contato com eventos e personalidades; nada impede, contudo, que eles possam ser alvo de valores cognitivos, se tratados como documentos. Em última instância, documento é todo suporte empírico capaz de responder a uma pergunta do observador – o que os leva muito além daquilo que poderíamos chamar de “documentos de nascença”.

IV) VALORES PRAGMÁTICOS

São mais que valores de uso. De novo a velhinha: ela, certamente, ao procurar o templo para sua oração, embora não fosse indispensável, deve ter percebido como suas condições de uso disponíveis são capazes de relevantemente qualificar sua prática, por causa também de valores pragmáticos. Para dizer com outras palavras: valores pragmáticos são valores de uso percebidos como qualidades. Tais valores são comumente marginalizados ou ignorados entre nós, com significativa frequência. Não estranha, pois vivemos numa sociedade que ainda não superou a herança escravista, em que o trabalho e o trabalhador não gozam de cidadania plena, em que “criada” quer dizer “empregada” e em que “elevador de serviço” quer dizer “elevador de serviçal”. E em que o desperdício chega a 15% do PIB, em que o reuso não é tema relevante nas escolas de arquitetura e assim por diante.

V) VALORES ÉTICOS

São aqueles associados não aos bens, mas às interações sociais em que eles são apropriados e postos a funcionar, tendo como referência o lugar do outro. A postura do guia, no cartum, revela que tal valor não faz parte dos critérios que dão rumo às suas ações. Uma discussão sobre os valores éticos exigiria o tratamento de questões espinhosas como o relativismo (cognitivo, cultural, moral), assim como os direitos culturais em face dos direitos humanos – questões que não cabem neste contexto. É preciso, todavia, apontar que, se o direito à cultura é o direito à diferença, esta só tem legitimidade quando é capaz de dialogar e produzir transformações mútuas.

Sem isso, o multiculturalismo, de que tanto se fala, muitas vezes pode se transformar numa cortina de fumaça em que certo universalismo (que paradoxalmente permite a diversidade) mascara normas, valores e interesses – como não deixaram de observar sociólogos, antropólogos e filósofos que trataram do assunto, tais como Birkhu Parekh ou Charles Taylor, por exemplo. Por isso, é conveniente, hoje, distinguir *diversidade cultural* de *diferença cultural*. Homi Bhabha é incisivo ao dizer que a tradição liberal (particularmente no relativismo filosófico e antropológico) tornou pacífica e generalizada a ideia de que as culturas são diversas e que, de certo modo, a diversidade das culturas é algo bom e positivo em si e por si e deveria ser automaticamente endossada. Assim, seria lugar comum das sociedades democráticas dizer que incentivam e acomodam a diversidade cultural. Na verdade, porém, o sinal de uma atitude “civilizada” nas sociedades

ocidentais, como notam esses autores, é a habilidade de apreciar culturas diversas, mas como num “museu imaginário”. Quando as culturas saem do museu e a *diferença cultural* (e não mais apenas a diversidade cultural) passa a ser um dos componentes ativos das tensões sociais, o encorajamento da diversidade cultural se acompanha de mecanismos de contenção da diferença cultural. Em outras palavras, tem ocorrido, com os mesmos sujeitos, que a diversidade cultural possa ser grandemente apreciada nos museus, embora rejeitada na interação social. A reação diante de traços culturais e diante dos próprios portadores da cultura pode não coincidir.

Para finalizar estas reflexões sobre valor, penso oportuno dizer algo sobre antinomia corrente que opõe o valor cultural ao valor econômico (valor de troca). Na perspectiva que desenvolvi, não há qualquer antagonismo. Há uma dimensão econômica no bem cultural, assim como uma dimensão cultural no bem econômico. Haja vista ao que foi entre nós a cultura da inflação e a percepção do sequestro da poupança, no Plano Collor, como atentado à memória, detectada em escala não desprezível de poupadores. A oposição existe, sim, entre a lógica da cultura (que é uma lógica de finalidade, em que a produção do sentido e da comunicação é que constitui prioridade, como acentua García Canclini) e a lógica de mercado (que tende a instrumentalizar a cultura, na obtenção do lucro).

CONCLUSÃO

O campo dos valores não é um mapa em que se tenham fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos. É, antes, uma arena de conflito, de confronto – de avaliação, valoração. Por isso, o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural, é um campo eminentemente *político*. Político, não no sentido partidário, mas no de *pólis*, a cidade dos gregos, isto é, aquilo que era gerido compartilhadamente pelos cidadãos; a expressão correspondente entre os romanos, *res publica*, representa a outra face da moeda: a coisa comum, o interesse público. A democracia garante direitos e acesso; a república, finalidade e responsabilidades. A cidadania haveria de ser obrigatoriamente democrática e republicana e instaurar direitos e as correspondentes obrigações.

Nesse patamar, não basta um tratamento técnico-científico das questões: ele nunca dará conta de toda a problemática presente. O que é próprio desse campo é aquilo que Apel e Habermas chamam de *ética do discurso*: a base racional e universal dos princípios da ação, partindo da forma de

comunicação linguística humana e da modalidade específica que é a argumentação, o convencimento, a demonstração. Não a exibição de axiomas e razões universais ou das lógicas profissionais (corporativas) absolutas. Como os valores não estão previstos geneticamente, mas são criados, eles precisam ser enunciados, explicitados, fundamentados e podem ser propostos, recusados, transformados – não impostos.

Desse modo, a atividade no campo do patrimônio cultural é complexa, delicada e trabalhosa. Exige postura crítica rigorosa. Exige capacidade de ir além de suas próprias preferências pessoais. Mas por isso também é tão fascinante e gratificante, pois estamos tratando, não de coisas, mas daquela matéria-prima – os significados, os valores, a consciência, as aspirações e desejos – que fazem de nós, precisamente, seres humanos.